MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO Fone/Fax: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01 CEP 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

Edital CMDCA nº 001/2024

Abre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho – SC, para o mandato suplementar de 13 de janeiro de 2025 a 09 de janeiro de 2028, estabelecendo as regras e condições gerais para inscrição e participação dos interessados.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DOUTOR PEDRINHO - SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho — SC para o mandato 2024/2028, que será regido pelos artigos 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pela Resolução Conanda nº 231/2022, pela Lei Municipal nº 906, de 06/04/2019, e alterações, e pelas normas e condições estabelecidas neste Edital, e faz saber que se acham abertas as inscrições para os candidatos e candidatas interessadas, observadas as diretrizes adiante estabelecidas.

I- DO CARGO/FUNÇÃO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO:

- **1.1-** Fica aberta 01 (uma) vaga para a função pública de membro do Conselho Tutelar e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho, para cumprimento de mandato suplementar, no período de 13 (treze) de janeiro de 2025 a 09 (nove) de janeiro de 2028, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federalnº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- 1.2 O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.
- **1.2.1** O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.



- **1.2.3** Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que diz respeito à competência para processar ou julgar o feito, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.
- **1.3** O candidato que obtiverem maior número de votos, emconformidade com o disposto neste edital, assumirá o cargo/função de membro titular do Conselho Tutelar.
- **1.4** Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.
- 1.5 A quantidade de vagas, a remuneração mensal e a carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo/Função	Vagas	Carga Horária	Remuneração
Conselheiro(a) Tutelar	1	30hs	R\$ 2.368,33 mensais + vale
		semanais	alimentação (R\$ 549,30)

- 1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 8:00 às 12:00 e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.
- 1.7 A remuneração referida na tabela do item 1.5, corresponde a jornada de trabalho prevista no § 1º do artigo 7º da Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019 e alterações, sendo que a carga horária será de 30 (trinta) horas semanais de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual, abrangendo todos os membros do Conselho Tutelar.
- 1.8 Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos fins de semana e feriados, conforme dispõe a Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações, ou a que a suceder.
- **1.9** A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, será remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações, ou a que a suceder.



- **1.10** As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo/função de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução CONANDA nº 231/2022, e a Lei Municipal nº 906,de 03/04/2019, e alterações, ou a que a suceder.
- **1.11** Os servidores públicos efetivos, quando eleitos para o cargo/função de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, observado a proporcionalidade com a carga horária desempenhada, acrescido das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta da Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu vínculo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

II - DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES:

- **2.1** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução CONANDA nº 231/2022 e na Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações.
- **2.2** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:
- I Inscrição para registro das candidaturas;
- II Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;
- III Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;
- IV Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo, uninominal¹ e secreto dos eleitores do Município de Doutor Pedrinho, cujo domicílio eleitoral tenha sido

¹ Cada eleitor poderá votar em apenas um candidato (votação uninominal).



fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito (prazo a ser fixado em alinhamento com o Tribunal Regional Eleitoral)².

III - DOS REQUISITOS À CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO:

- **3.1** Somente poderão concorrer ao cargo/função de membro do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações, a saber:
- I Reconhecida idoneidade moral;
- II Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III Residência no Município;
- IV Conclusão do ensino médio;
- V Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, sobre lingua portuguesa e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada sob responsabilidade do Conselho Municipal de Direitos da Criança e doAdolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;
- VI não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VII não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
- VIII não ser, desde o momento da publicação do edital, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IX não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único, da
 Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- X experiência mínima de 2 (dois) anos na promoção, controle ou defesa dos direitos da criança e do adolescente em entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; ou curso de

² Caso, no momento da publicação do edital, ainda não haja definição do prazo pela Justiça Eleitoral, sugere-se manter o prazo de 90 (noventa) dias, utilizado por vários TRE no processo de escolha de 2019 e, depois, se houver orientação da Justiça Eleitoral em sentido diverso, publicar retificação do edital.



especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas; e

- XI desvinculação de partido político pelo tempo mínimo de seis meses antes da eleição.
- **3.2** Além do preenchimento da ficha de inscrição, deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:
- I Carteira de Identidade e Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada;
- II Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste
 Edital;
- III Certificado de quitação eleitoral;³
- IV Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual;⁴
- V Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;⁵
- VI Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Federal;⁶
- VII Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar da União;⁷
- VIII Diploma ou Certificado de Conclusão do ensino médio (art. 15, inciso IV, da Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019);
- IX A experiência mínima de 2 (dois) anos na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:⁸
 - a) declaração fornecida por organização da sociedade civil, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado e o tempo de duração; ou
 - b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência com atendimento à criança e adolescente, com especificação do serviço prestado e o tempo de duração; ou

³ Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral.

⁴ Disponível na página eletrônica do Poder Judiciário do Estado.

⁵ Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>.

⁶ Disponível em: http://www.cjf.jus.br/servicos/cidadao/certidao-negativa.

⁷ Disponível em: https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa.

⁸ O Guia de Atuação do Ministério Público no Processo de Escolha do Conselho Tutelar, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, possui modelo de formulário que pode ser entregue aos candidatos para preenchimento, a fim de facilitar a análise pela Comissão Especial. O documento está disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-da-infancia-e-juventude/grupos-de-trabalho/conselho-tutelar



- c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente, em entidade registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanhada de declaração do candidato que especifique a natureza do serviço prestado; ou
- diploma ou certificado de conclusão de curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.
- 3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

IV - DA POSSIBILIDADE DE RECONDUÇÃO:

4.1 - O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, poderá participar do presente processo.

V - DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO:

- 5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 5.1.2 Havendo candidatos na situação descrita no item acima, todos podem concorrer ao cargo/função, porém apenas o mais votado será empossado, permanecendo os demais na suplência e assumindo a função apenas no caso de afastamento ou de licença do titular que gerou o impedimento.
- 5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

VI - DAS INSCRIÇÕES:



- **6.1** As inscrições ficarão abertas do dia 01/07/2024 a 31/07/2024, em horário de atendimento ao público das 8:30 as 11:30 horas e das 13:30 as 16:00 horas,no CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 552, Centro, CEP. 89126-000, na cidade de Doutor Pedrinho SC, e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mailou outra forma digital.
- **6.2** Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.
- **6.3** As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.
- **6.4** No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item III (três) deste edital.
- **6.5** Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.
- **6.6** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução CONANDA nº231/2022 e na Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.
- **6.7** O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item III (três) deste Edital.
- **6.8** A inscrição será gratuita.



- **6.9** É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.
- **6.10** Caberá à Comissão Especial decidir, excepcionalmente, acerca da possibilidade de complementação de documentação apresentada dentro do prazo pelos candidatos.
- **6.11** Sem prejuízo da publicação oficial, os candidatos serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que lhe digam respeito por meio do endereço de e- mail ou por aplicativo de mensagem eletrônica do número de telefone identificado no formulário de inscrição, dispensando-se a confirmação de recebimento ou outras formas de notificação pessoal.

VII - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS:

- **7.1** As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.
- 7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.
- **7.3** A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.
- **7.4** A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações, e na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).



- **7.4.1** Após a publicação da relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 5 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação (art. 17 da Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações).
- **7.4.2** Passado o prazo previsto no item 7.4.1, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.
- **7.5** A relação de inscrições homologadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia 07 (sete) de agosto de 2024, nos locais oficiais de publicação do Município (Diário Oficial dos Municípios DOM/SC disponível in www.diariomunicipal.sc.gov.br), inclusive em sua página eletrônica (www.doutorpedrinho.sc.gov.br), encaminhando-se cópia ao Ministério Público.
- **7.6** Publicada a lista dos inscritos que estão habilitados qualquer cidadão poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 5(dias) dias úteis, de 02/08/2024 a 07/08/2024, no horário de atendimento ao público, no CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 552, Bairro Centro, CEP. 89126-000, na cidade de Doutor Pedrinho SC, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico para o e-mail *cras @doutorpedrinho.sc.gov.br*.
- **7.7** Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa, e realizará reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências, no prazo máximo de 5(cinco) dias.
- **7.8** Independentemente de ter havido impugnação, ultrapassada a etapa do item 7.7, a Comissão Especial analisará individualmente o pedido de registro das candidaturas e publicará, até o dia 19/08/2024, a relação final dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.



- **7.9** Das decisões da Comissão Especial, os candidatos ou os impugnantes poderão interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário de atendimento ao público, no CRAS Centro de Referência de Assistência Social, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 552, Bairro Centro, CEP. 89126-000, na cidade de Doutor Pedrinho SC, admitindo-se o envio do documento por meio eletrônico para o e-mail *cras* @doutorpedrinho.sc.gov.br.
- **7.10** Havendo recurso, a Plenária do CMDCA se reunirá em caráter extraordinário para julgamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, notificando os interessados acerca da data definida, publicando posteriormente extrato de sua decisão.
- **7.11** Finalizada a etapa recursal, será publicada a lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas e indeferidas, o que deverá ocorrer até dia 02/09/2024 (dois de setembro de 2024), nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.
- **7.12** Entre os dias 09/09/2024 e 10/09/2024, será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos.
- **7.13** No dia 17/09/2024, no periodo noturno, no Centro de Convivencia ,situado na Rua Aderbal Ramos Da Silva, nº 552, Bairro Centro, CEP. 89126-000, nesta cidade de Doutor Pedrinho SC, será realizada a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, língua portuguesae sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6,00 (seis).
- **7.14** A divulgação das notas ocorrerá até o dia 23/09/2024, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos, no horário de atendimento aopúblico, no CRAS Centro de Referência de Assistência Social, situado na RuaAderbal Ramos da Silva, nº 552, Bairro Centro, CEP. 89126-000, na cidade de

Fone/Fax: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01 CEP 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

Doutor Pedrinho – SC, no prazo de 3 (dois) dias úteis, no período de 26/09/2024

a 27/09/2024, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico para o

e-mailcras @doutorpedrinho.sc.gov.br.

7.15 - Os recursos relativos à prova de conhecimento serão apreciados pela

Comissão Especial, que deverá publicar decisão até o dia 30/09/2024,

publicando-se, em seguida, a lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao

Ministério Público.

7.16 - Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição composto

por, no mínimo, 2 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se

identificarão como candidatos.

7.17 - Finalizadas todas as etapas, será publicada a lista final dos candidatos

habilitados, o que deverá ocorrer até dia 04/10/2024, nos locais oficiais de

publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se

cópia ao Ministério Público.

VIII - DA PROPAGANDA ELEITORAL:

8.1 - Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-

lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 - A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas

número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 - A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é

permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e

do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados

habilitados.

8.4 - É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a

igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 - Aplicam-se ao pleito as diretrizes previstas na Resolução CONANDA nº

231/2022 e, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas



na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, bem como as disposições da Lei Municipal nº906, de 03/04/2019, e alterações, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

I- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9°, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;

IV- participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V- abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;

VI- abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;

VII- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;

VIII- distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário:

IX- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

- a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;
- b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou



vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

- c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
- X propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;
- XI abuso de propaganda na internet e em redes sociais
- **8.6** A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.
- **8.7** Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.
- **8.7.1** A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.
- **8.7.2** A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:
 - I em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
 - II por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;
 - III por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdos.



Fone/Fax: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01 CEP 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

8.7.3—Para o fim deste Edital, considera-se:

- I internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;
- II aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;
- III página eletrônica: o endereço eletrônico na internet subdividido em uma ou mais páginas, que possam ser acessadas com base na mesma raiz;
- IV blog: o endereço eletrônico na internet, mantido ou não por provedor de hospedagem, composto por uma única página em caráter pessoal;
- V impulsionamento de conteúdo: o mecanismo ou serviço que, mediante contratação com os provedores de aplicação de internet, potencializem o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo;
- VI rede social na internet: a estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns;
- VII aplicativo de mensagens instantâneas ou chamada de voz: o aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones;
- VIII disparo em massa: envio automatizado ou manual de um mesmo conteúdo para um grande volume de usuários, simultaneamente ou com intervalos de tempo, por meio de qualquer serviço de mensagem ou provedor de aplicação na internet.

8.8-No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- I Utilização de espaço na mídia;
- II Transporte aos eleitores;
- III Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;



- IV Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade doeleitor;
 V Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".
- **8.8.1** É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.
- **8.9** Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.
- **8.10** Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- **8.11** O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- **8.12** É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e dos candidatos habilitados, em igualdade de condições.
- **8.13** É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dosmembros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário deserviço, sob pena de cassação da candidatura e nulidade de todos os atos deladecorrentes.



Fone/Fax: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01 CEP 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

8.14 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 21/10/2024, às 19:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município.

IX - DA ELEIÇÃO:

- 9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto direto, facultativo, uninominal e secreto dos eleitores aptosno cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.
- 9.2 A eleição será realizada no dia 08 de dezembro de 2024, das 8hs às 17hs.
- 9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial até o dia 16/10/2024, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
- 9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.
- 9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 90 (noventa) dias antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC).
- 9.6-Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.
- **9.7**–O voto é sigiloso, e o eleitor votará em cabina indevassável.
- 9.8-O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento oficial equivalente, com foto.



- **9.9**–Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.
- **9.10**—A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.
- **9.11**–O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.
- **9.12**—A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com a indicação do respectivo número do candidato.
- **9.13**–Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral, aprovadas previamente pela Comissão Especial, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato(a depender da definição do modelo de cédula).
- **9.14**—Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial.
- **9.15**–O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
- **9.16**–O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.



- **9.17**–Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário, e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial.
- **9.18**—A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial.
- 9.19-Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:
 - I Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
 - II O cônjuge ou o companheiro do candidato;
 - III As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.
- **9.20** Os candidatos poderão indicar um fiscal por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade deles à Comissão Especial até o dia 05/12/2024.

X - DA APURAÇÃO:

- **10.1** A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença dos escrutinadores, do representante do Ministério Público, se possível, e da Comissão Especial.
- **10.2** Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação exclusivamente a respeito da apuração, que será decidida pela Comissão Especial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **10.3** Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.





- **10.4** Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.
- 10.5 O candidato mais votado assumirá o cargo/função de membro titular do Conselho Tutelar.
- **10.6** Todos os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
- **10.7** No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

XI - DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS:

- **11.1** O resultado da eleição será publicado no dia 10/12/2024, em edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município,inclusive em sua página eletrônica,bem como afixado em mural do Município e do CMDCA, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.
- **11.2** Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo(a) Prefeito(a) Municipal.
- **11.3** A posse do candidatos eleito que receber o maior número de votos será em 13/01/2025.
- **11.4** Ocorrendo vacância do cargo/função, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.
- **11.5** Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.
- 11.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho

_

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO Fone/Fax: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01 CEP 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

XII - DO CALENDÁRIO:

12.1 - Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Etapa		
Publicação do Edital		
Prazo para inscrições/registro das candidaturas (item 6.1)		
Publicação da relação dos candidatos registrados, deferidos e		
indeferidos, com abertura do prazo de 2 (dois) dias úteis para		
o candidato inabilitado pela Comissão interpor recurso		
Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha,		
da lista das candidaturas deferidas e abertura do prazo de 3		
(três) diasúteis para impugnação das candidaturas junto à		
Comissão Especial, pela população em geral, encaminhando-		
se cópia ao Ministério Público (itens 7.5 e 7.6)		
Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os		
candidatos impugnados, com abertura do prazo de 2(dois)dias		
úteis para defesa.		
Realização de reunião da Comissão Especial para decidir		
acerca da impugnação. (item 7.7)		
Decisão do registro das candidaturas, independentemente de		
impugnação, e publicação da relação final dos candidatos		
inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão Especial		
(item 7.8)		
Início do Prazo para interposição de recurso à Plenária do		
CMDCA acerca das decisões da Comissão Especial (item 7.9)		
Julgamento, pelo CMDCA, dos recursos interpostos, com		
publicação acerca do resultado (item 7.10)		
Publicação, pelo CMDCA, de relação final das inscrições		
deferidas e indeferidas após o julgamento dos recursos pelo		
CMDCA, com cópia ao Ministério Público (item 7.11)		



Fone/Fax: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01 CEP 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

09/09/2024 e	Capacitação dos candidatos para a prova de conhecimentos			
10/09/2024	(item 7.12)			
17/09/2024	Aplicação da prova (item 7.13)			
23/09/2023	Publicação dos resultados da prova e abertura do prazo de 2 (dois) dias úteis para recurso dos candidatos (item 7.14)			
30/09/2024	Publicação do resultado final da prova pela Comissão Especial, bem como da lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público (item 7.15)			
23/10/2024	Início do período de campanha/propaganda eleitoral			
22/10/2024	Reunião com os candidatos habilitados para orientações acerca das condutas vedadas			
16/10/2024	Divulgação dos locais de votação (item 9.3)			
21/10/2024	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados (item 8.14)			
08/12/2024	Eleição (item 9.2)			
10/12/2024	Publicação do resultado da apuração (item 11.1)			
13/01/2025	Posse (item 11.3)			

12.2 - Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- **13.1** As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução CONANDA nº231/2022 e na Lei Municipal nº 906, de 03/04/2019, e alterações, sem prejuízo das demais leis afetas.
- **13.2** O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.
- **13.3** A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.



- **13.4** As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado retificação a este Edital.
- **13.5** Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.
- 13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço (físico e de e-mail) e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- **13.7** É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.
- **13.8** O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.
- **13.9** O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça com atribuição na Infância e Juventude, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- 13.10 Fica eleito a Vara da Infância e Juventude do Foro da Comarca de Timbó
 SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Doutor Pedrinho – SC, aos 11 de junho de 2024; 35º ano de Fundação; 33º ano de Emancipação Política.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Carina Renata Duarte Wollinger

Josias Martins

Presidente CMDCA

Vice Presidente CMDCA



*Republicado por incorreção do texto anterior